



# PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Diretoria de Recursos Humanos

Secretaria de Gestão de Pessoas

## Seleção Pública para Estagiários de Cursos Superiores

### CADERNO DE PROVA

Dia: 25 de outubro de 2009.

---

Prova: Psicologia

---

***Prezado Candidato, seja bem vindo.***

***Leia com atenção:***

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira também na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a folha de Respostas utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

***Boa Sorte!***

***A Comissão.***

NOME: \_\_\_\_\_ SALA: \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_ IDENTIDADE: \_\_\_\_\_ ORGÃO/UF: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA**

**TEXTO 1**

**A consagração dos direitos do homem e do cidadão**

A cidadania é um processo em constante construção, que teve origem historicamente com o surgimento dos direitos civis, no decorrer do século XVIII – chamado Século das Luzes–, sob a forma de direitos de liberdade, mais precisamente, a liberdade de ir e vir, de pensamento, de religião, da reunião, pessoal e econômica, rompendo-se com o feudalismo medieval na busca da participação na sociedade. A concepção moderna de cidadania surge então, quando a ruptura com o *Ancien Régime*, em virtude de ser ela incompatível com os privilégios mantidos pelas classes dominantes, passando o ser humano a deter o status de “cidadão”.

O conceito de cidadania, entretanto, tem sido freqüentemente apresentado de uma forma vaga e imprecisa. Uns identificam-na com a perda ou aquisição de nacionalidade, outros, com os direitos políticos de votar e ser votado. No Direito Constitucional, aparece o conceito, comumente relacionado à nacionalidade, aos direitos políticos. Já na Teoria Geral do Estado, aparece ligado ao elemento povo como integrante do conceito de Estado. Dessa forma, fácil perceber que, no discurso político dominante, a cidadania não apresenta um estatuto próprio pois na medida em que se relaciona a estes três elementos (nacionalidade, direitos políticos e povo), apresenta-se como algo ainda indefinido.

A famosa *Déclaration des Droits de l'homme et du Citoyen*, de 1789, sob a influência do discurso burguês, cindiu os direitos do “homem” e do “cidadão”, passando a expressão Direitos do Cidadão significar o conjunto dos direitos políticos de votar e ser votado, como institutos essenciais à democracia representativa.

[...]

A idéia de cidadão, que, na antiguidade clássica, cotava o habitante da cidade –o cidadão– firma-se, então como querendo significar aquele indivíduo a quem se atribuem os direitos políticos, quer dizer, o direito de participar ativamente na vida política do Estado, onde vive. Na carta de 1824, por exemplo, falava-se nos arts. 6º e 7º, em cidadãos brasileiros como querendo significar o nacional, ao passo que nos arts. 90 e 91 o termo cidadão aparece designando aquele que pode votar e ser votado. Estes últimos eram chamados de cidadãos ativos, posto que gozavam de direitos políticos. Aqueles, por sua vez, pertenciam à classe dos cidadãos inativos, destituídos dos direitos de eleger e ser eleito. Faziam parte, nas palavras de José Afonso da Silva, de uma “cidadania amorfa”, posto que

abstratos e alheios a toda uma realidade sociológica, sem referência política.

[...]

Esta idéia, entretanto, vai sendo gradativamente modificada, quando do início do processo de internacionalização dos direitos humanos, iniciado com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Passa-se a considerar como cidadãos, a partir daí, não somente aqueles detentores dos direitos civis e políticos, mas todos aqueles que habitam o âmbito da soberania de um Estado e deste Estado recebem uma carga de direitos (civis, econômicos e culturais) e também deveres, dos mais variados.

[...]

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto> acessado em:31/8/09

Para responder às questões, observe o texto:

**1. Atente para as seguintes afirmações:**

- I- O Século das Luzes, a que se refere o texto, serviu como um renascer para a humanidade no que condiz à ciência, às artes, e às letras.
- II- Pelo contexto, infere-se que houve, em relação ao medievalismo, uma ruptura, quando então no século XVIII, adveio o conceito de cidadania.
- III- No referido século, o homem passou a ser valorizado em sentido amplo, tendo sido disseminadas todas as diferenças sociais até então existentes.
- IV- Com a burguesia reinando no século XVIII, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão passou a reunir tais direitos em um conceito individualizante.
- V- Enfocando-se os direitos do cidadão, à luz da burguesia, como conjunto de direitos políticos de votar e ser votado surgem princípios essenciais de uma democracia representativa.

Estão corretas apenas as afirmações da alternativa:

- a) I, II, III IV e V
- b) I, II, III e IV
- c) I, II, IV e V
- d) II, III, IV e V
- e) II, III e IV

**2. Considere as alternativas abaixo:**

- I- A primeira manifestação de cidadania está inclusa na base no conceito de democracia representativa.
- II- No início do Estado Liberal, a idéia de cidadania era reduzida, pelo discurso jurídico, ao conjunto dos que adquiriam os direitos políticos.

- III- Por cidadãos ativos, na carta de 1824, eram considerados somente aqueles que podiam votar, omitindo-se estes, no entanto, a emitir juízos de valor.
- IV- Os cidadãos inativos eram os que integravam uma realidade sociológica, atuando moderadamente com direitos assegurados, sobretudo de serem eleitos.
- V- Apenas após a Declaração Universal dos Direitos Humanos é que se amplia o conceito de cidadão, passando a ser não apenas os habitantes de um Estado, mas possuidores de direitos e de deveres.

Estão corretas apenas:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e V
- c) I, III e V
- d) II, III, IV e V
- e) II, III e IV

### 3. Em relação ao texto:

- I- Todo o texto gira em torno de um mesmo tema, em uma abordagem histórica bem construída.
- II- Infere-se que a evolução do termo cidadania vem em um crescendo desde a antiguidade clássica até o século XX.
- III- Sempre o conceito de cidadão suscitou dúvidas, pois houve uma cisão entre a duplicidade de enfoque para “homem” e para “cidadão”.
- IV- O texto evoca momentos da Revolução Francesa, não apenas em relação à data, mas também pelos indícios da ascensão da burguesia ao poder.
- V- Em “Firme-se, então...” e “... a quem se atribuem os...” os vocábulos sublinhados possuem valores semânticos, sintáticos e morfológicos díspares, no entanto ambos são exemplos de ênclise.

Estão corretas apenas as alternativas do item:

- a) I, II, III e V
- b) II, III e V
- c) II, III e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II e IV

### 4. Todas as alternativas estão corretas quanto ao texto, à exceção de:

- a) A variedade lingüística empregada é a formal por seguir as normas fonéticas, morfológicas e sintáticas, havendo predominância de conotação.

- b) Trata-se de um texto incluso no tipo dissertativo expositivo, em que há abordagens intertextualizadas.
- c) Em relação aos sinais de pontuação, inexistem falhas, inclusive quanto ao emprego de travessões e de reticências.
- d) “Esta idéia...”, o termo sublinhado retoma o que foi estipulado no parágrafo anterior, sendo elemento coesivo bem empregado, constituindo uma retomada pronominal.
- e) “Os direitos do “homem” e do “cidadão”...”, pluralizando –se os termos sublinhados e pondo-os no feminino, existe apenas uma possibilidade de fazê-lo, seguindo as normas gramaticais: “ Os direitos das” mulheres” e das “cidadãs”...”.

### 5. Existe falha em uma das alternativas, assinale-a:

- a) “...cindiou os direitos do “homem”...”, transformando-se em...”separou os direitos do “homem”...” o sentido não será alterado..
- b) No primeiro parágrafo, há exemplo do chamado presente histórico, por haver uma abordagem passada com elementos verbais no presente.
- c) Em “...ao passo que a expressão “Direitos do Cidadão significaria...” existe um elemento coesivo que possui uma relação de concessão.
- d) No terceiro parágrafo, existem elementos verbais, indicativos de ação completa, incompleta e ainda hipotética.
- e) Em”...levando-se em conta a sua visão...”, há uma forma verbal chamada nominal e um termo com valor restritivo e de posse.

## TEXTO 2

### O desafio da inclusão social no Brasil

Até há pouco tempo, o debate sobre a inclusão social, sobre combate à pobreza e à fome, era tema circunscrito e as iniciativas na área, praticamente exclusividade dos movimentos sociais. Felizmente, o cenário mudou porque o tema envolve as mais diferentes esferas governamentais e não governamentais e, principalmente, é questão central e objeto de política pública do governo federal. Se antes a sociedade civil se organizava como podia para implementar, graças aos homens e mulheres de boa vontade desse país, ações de apoio à população carente, hoje contam com a coordenação do Estado que assume o compromisso de formulação de políticas para o setor e, democraticamente, busca na sociedade o apoio para formulação de parcerias estratégicas e duradouras.

Não há como ser diferente. A sociedade tem e sempre teve um papel fundamental nas conquistas sociais da nossa gente. A própria incorporação das políticas de inclusão social como prioridade de governo é resultado da mobilização e organização da sociedade que definiu sua opção pela promoção dos mais pobres e isso está expresso na Constituição Federal de 1988. Graças a isso, podemos construir hoje uma rede de proteção social com base em políticas normatizadas. A solidariedade social, historicamente, é anunciadora do bem comum. Entretanto devemos ter sempre em vista que a parceria do Estado com a sociedade tem de apontar na linha de políticas públicas e buscar ações continuadas.

[...]

Cabe ainda a todos, Estado e Sociedade, trabalharem em conjunto pensando na dimensão que assume a questão de inclusão nos dias de hoje. Que tipo de exclusão enfrentamos? A exclusão econômica e social deve ser compreendida como a face mais conhecida de uma situação que tem outros desdobramentos – temos a exclusão cultural, do saber, o problema de desenraizamento, a quebra de vínculos familiares e comunitários, a perda de referências a partir da quebra de um paradigma social. Compreender essa multiplicidade do problema é o primeiro passo para que possamos compreender a dimensão de nosso campo de ação, reconhecendo nossas possibilidades, nossas responsabilidades de nossos desafios.

[...]

Anannias, Petrus . mds.gov.br acessado em: 01/09/09

#### 6. Considere as afirmações abaixo:

- I- Observando o texto 1 e comparando-se com o 2, podemos inferir que este parece dar continuidade ao exposto naquele, pois existe uma abordagem em que se buscam dirimir as diferenças.
- II- O problema de inclusão social é um desafio que vem sendo enfrentado por alguns setores governamentais.
- III- Com a Constituição de 1988, o setor social adquiriu maior enfoque, daí haver hoje uma rede de proteção social, embasada em políticas legais.
- IV- Existe uma inferência de se objetivar sempre uma ação continuada em relação às políticas públicas inclusivas sempre em parceria Estado com a sociedade.
- V- A política inclusiva objetiva geração de trabalho e renda, estímulo ao cooperativismo e demais políticas que visem à independência do indivíduo.

Apenas estão corretas as assertivas:

- a) I, II e III
- b) II, III, IV e V
- c) I, II, III, IV e V
- d) II, III e IV
- e) I, III e V

#### 7. “Cabe ainda a todos, Estado e Sociedade, trabalharem em conjunto...” Observe a forma verbal sublinhada e identifique a única alternativa em que a flexão de idêntico modo é inadequada:

- a) Os jovens vivem a sorrir porque sentem o fervilhar, a expressão, o vigor dos verdes anos.
- b) Às vezes, algumas pessoas que se dizem filantropos, parecem apenas viverem de explorar indivíduos em seus tugúrios.
- c) Muitas crianças as vimos crescer em sabedoria e em beleza até o presente, dignificando seus vínculos familiares.
- d) Para muitos viverem bem, seria necessária uma visão altruísta da existência a fim de se firmarem em seus ideais.
- e) Deixá-los-emos comprar apenas o imprescindível para suas premências alimentares e higiênicas.

#### 8. Identifique a alternativa em que a justificativa sobre o explicitado esteja incorreta:

- a) Em “...combate à pobreza e à fome...” o acento indicativo de crase foi posto pela mesma razão do existente em “ A adequação à vida é uma questão de saber ultrapassar obstáculos.”
- b) “Não há como ser diferente.” O verbo “Haver” possui idêntico sentido na oração: “Há muito tempo que vivemos em uma fuga constante de nosso ego.”
- c) “...com a coordenação do Estado que assume...” pondo-se “coordenadores” em vez de “coordenação” e “quem “ em lugar de “que”, ter-se-ão duas possibilidades de concordância “ quem assume” e “ quem assumem”.
- d) “...organizava como podia...” trocando-se “como” por “ conforme” não há nenhuma alteração de sentido.
- e) Pode-se afirmar que o texto é dissertativo e injuntivo, uma vez que nos incita a encetarmos um trabalho em uma ação conjunta, objetivando aumentar o índice de inclusão social.

**PROVA: CONHECIMENTOS GERAIS**

9. A sigla BRIC encontra-se cada vez mais presente nos meios de comunicações da atualidade, ela refere-se a quatro países, Brasil, Rússia, Índia e China que ganham influência econômica e política no mundo de hoje. Sobre os mesmos não é válido afirmar:

- a) São consideradas economias emergentes e também são chamados de novos países industrializados.
- b) Suas economias recebem fortes investimentos externos e já apresentam considerável industrialização.
- c) São bastante semelhantes em aspectos como: mão de obra abundante e significativas reservas de recursos naturais.
- d) São estruturas tecnológicas avançadas que têm superado os produtores tradicionais de tecnologia.
- e) Esses países apresentam uma expansão econômica, convivendo com estruturas sociais econômicas arcaicas e com o agravamento das condições de vida nas suas cidades.

10. As notícias da imprensa têm feito insistentes referências à camada do pré-sal, gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, existente na costa brasileira. Sobre a localização desta importante região, assinale a alternativa correta:

- a) Região litorânea situada entre os estados de Santa Catarina e o Espírito Santo.
- b) Região litorânea situada entre os estados do Rio Grande do Norte e Ceará.
- c) Região litorânea situada entre os estados da Bahia e Rio de Janeiro.
- d) Toda bacia litorânea brasileira.
- e) Região litorânea entre Rio Grande do Sul e Bahia

11. Falar de ética é algo cada vez mais obrigatório no mundo globalizado de hoje. Quando assistimos à sociedade dilacerada, por ações cada vez mais violentas expressas na corrupção política, assassinatos hediondos, agressões ao meio ambiente, uso de drogas, que apontam para a destruição do ser humano, cada vez mais sentimos a necessidade de nos refugiarmos em ideais éticos. Em função do que acontece de desastroso, a humanidade precisa ter suas condutas orientadas por normas e princípios que levem em conta o homem, a sociedade e o planeta. Por isso, assinale a alternativa

correta que representa uma reflexão compatível sobre a questão ética:

- a) O homem é um ser plenamente biológico e a cultura é um fenômeno que só se verifica nos dias de hoje e nas sociedades mais complexas.
- b) A ética é uma preocupação da ciência filosófica e reflete sobre as questões de natureza religiosa.
- c) O homem é um ser cultural, mas só se realiza exercendo plenamente todas as suas faculdades físicas e biológicas.
- d) Ética caminha, nos dias atuais, paralelamente ao conceito de cidadania. Ela pensa o conjunto de virtudes como necessidade humana e como fenômeno cultural, isso porque o ser humano se realiza plenamente pela cultura e na cultura.
- e) A ética consiste num conjunto de ações indispensáveis à reprodução biológica do homem e exprime, principalmente, as questões das relações homem e natureza.

12. Cidadania é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. O conceito de cidadania sempre esteve atrelado à noção de direitos, mas dentro de uma democracia, a própria definição pressupõe a contrapartida de deveres, isto porque:

- a) Numa coletividade, os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade.
- b) O direito de votar, para escolher os governantes e representantes, constitui-se no maior de todos os direitos cívicos.
- c) O direito de proteger o patrimônio comunitário e colaborar com as autoridades é direito inalienável de todo cidadão.
- d) O direito de prover o seu sustento com seu trabalho e respeitar os deveres sociais de outras pessoas é o maior dos direitos do homem.
- e) O direito de educar e proteger nossos semelhantes e proteger a natureza é direito inalienável.

13. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com diretrizes que se seguem apresentadas nas alternativas abaixo, exceto:

- a) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- b) Atendimento integral, priorizando-se as atividades preventivas.
- c) Efetiva participação da comunidade através de suas diversas formas de organizações e ações.
- d) Ações realizadas por serviços assistenciais organizados pelo Estado.
- e) Centralização de ações pelos órgãos da União via Ministério da Saúde.

14. O artigo 199 da Constituição Brasileira garante, à iniciativa privada, a organização da assistência da saúde, mas sobre sua relação com o sistema público de saúde, assinale a afirmação incorreta

- a) As instituições privadas participarão de forma complementar.
- b) As instituições privadas participarão do sistema público de saúde mediante contrato de direito público ou convênio.
- c) As instituições privadas, com fins lucrativos, não poderão ter acesso a recursos públicos.
- d) A Constituição proíbe que empresas de capitais estrangeiros participem na assistência médica no país, salvo em situações previstas em lei.
- e) É lícita e livre a participação dos grupos de saúde privados no planejamento das ações públicas de saúde.

15. A propósito do acesso aos programas de saúde pública pode-se identificar como afirmação incompatível qual letra abaixo?

- a) Baseia-se na igualdade e universalidade do atendimento.
- b) Todos os cidadãos têm garantia de assistência de saúde, e de forma igual.
- c) Para se ter acesso aos serviços de saúde pública, pressupõe que o cidadão tenha feito contribuições.
- d) O atendimento público à saúde deve ser gratuito.
- e) O atendimento à saúde pública deve ocorrer sem que haja qualquer tipo de contribuição.

16. A Previdência Social, em seus princípios e diretrizes, assinala que o acesso aos seus planos é universal tendo em vista qual argumento abaixo, a seguir: Assinale a correta.

- a) Em qualquer lugar do país se pode ter acesso até mesmo onde não haja condição de um recolhimento efetivo.
- b) É universal no sentido de que qualquer pessoa poderá ter acesso, desde que seja contribuinte, dessa forma, ajudando a manter o sistema.
- c) É um direito para aqueles que necessitam de uma efetiva contribuição previdenciária face aos problemas de saúde.
- d) É universal porque todos os brasileiros de todas as idades são obrigados à contribuição previdenciária.
- e) É praticamente mantida pelas contribuições recolhidas dos trabalhadores das grandes empresas.

17. A previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção pelos motivos que se seguem, exceto:

- a) Incapacidade laboral comprovada.
- b) Idade avançada e tempo de serviço.
- c) Desemprego involuntário do contribuinte.
- d) Aqueles dependentes economicamente dos contribuintes.
- e) Exclusivamente aqueles com idade superior a 65 anos.

18. Leia o que se segue e responda à questão: Diz o artigo 205 da Constituição. “A Educação, direito de todos é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A partir da leitura da Carta Magna, qual das frases abaixo encontra-se incompatível com o espírito desse artigo constitucional.

- a) A educação é um direito de todos e nos permite entender que também visa à qualificação para o trabalho.
- b) A educação é dever do Estado, mesmo que a família e a sociedade se omitam de tal obrigação.
- c) A educação é, também, obrigação da família e deve ser estimulada pela sociedade.

- d) A educação deve ser uma ação visando ao preparo para a cidadania, aí constando a preparação para o trabalho.
- e) Entende-se que o pleno desenvolvimento da pessoa ocorre com preparo para a cidadania e a qualificação para o exercício da atividade laboral.

disponibilizar seu acervo à pesquisa, tornando-o acessível ao público em geral.

- III - Funciona como espaço cultural do Poder Judiciário pernambucano na medida em que tem local reservado para exposições de arte e eventos relacionados com cultura.
- IV – Tem função jurisdicional, pois também julga processos de pequeno valor.

**19. Pensar a formação do cidadão na sociedade de hoje que apresenta profundas transformações, não pode ignorar a educação voltada para valorização de uma consciência de preservação do meio ambiente e de uma utilização racional das potencialidades da natureza, por isso uma ética atual deve ter como objetivo desenvolver hábitos visando: Assinale a Alternativa inválida.**

- a) A compreensão clara da existência e importância da interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas rurais e urbanas.
- b) Estimular uma educação dirigida à possibilidade de aquisição de conhecimentos no sentido dos valores, o interesse pessoal ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente.
- c) Estimular novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade a respeito do meio ambiente.
- d) Estimular uma educação voltada para plena utilização das potencialidades da natureza, permitindo uma constante aceleração dos ganhos de produtividade, o grande indicador do desenvolvimento harmonioso, pretendido pela humanidade, sendo esse o caminho que permitirá a preservação do meio ambiente na sua plenitude.
- e) Estimular uma educação de respeito à natureza, utilização na produção econômica de recursos renováveis, utilização de novos materiais e novas formas de tratar e utilizar o lixo.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

**21. Sobre o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.**

- I - É um órgão do Poder Judiciário.
- II - É um órgão do Poder Legislativo.
- III- É um órgão do Poder Judiciário, porém vinculado ao Poder Executivo.
- IV- Tem sede na cidade do Recife e jurisdição em todo o território estadual.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

**22. Ainda sobre o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.**

- I – É constituído por 39 (trinta e nove) desembargadores e composto por uma Mesa Diretora, eleita para o mandato de dois anos, recaindo a escolha, por ordem de Antiguidade, dentre os desembargadores da Corte Especial que ainda não tenham exercido estes cargos, sendo vedada a reeleição.
- II - Constituído por 39 (trinta e nove) desembargadores e composto por uma Mesa Diretora, eleita para o mandato de dois anos, recaindo a escolha, por ordem de Antiguidade, dentre os desembargadores da Corte Especial que ainda não tenham exercido estes cargos, sendo permitida uma reeleição.
- III - A mesa diretora do TJPE, atual, é composta pelos seguintes desembargadores: Des. Jones Figueirêdo Alves – Presidente; Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes Vice-

**20. O Memorial da Justiça é o centro de documentação do Poder Judiciário pernambucano. Assim, dentre as alternativas abaixo, quais das afirmativas estão corretas:**

- I - O Memorial Integra a Diretoria de Documentação Judiciária, ligada à Secretaria Judiciária, desenvolvendo trabalhos na área de museu e arquivo.
- II- Tem como função principal guardar, preservar, organizar e divulgar a documentação histórica da justiça pernambucana, de modo a

Presidente; Des. José Fernandes de Lemos –  
Corregedor Geral.

IV - Possui uma Corte Especial, composta por 15  
Desembargadores, onde 8 são os  
desembargadores de maior antiguidade e 7  
são eleitos pelo Tribunal Pleno do Tribunal de  
Justiça de Pernambuco.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

**23. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.**

- I – Tem como função típica a jurisdicional.
- II – Exerce funções atípicas de natureza executiva.
- III – Jamais poderá exercer funções de natureza legislativa, mesmo que de forma atípica.
- IV – Exerce funções atípicas de natureza legislativa.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

**PROVA: PSICOLOGIA**

**24. A Doutrina que orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente é a:**

- a) Da Situação Irregular.
- b) Da Prevenção.
- c) Da Garantia de Direitos.
- d) Da Proteção Integral.
- e) Da Defesa de Direitos.

**25. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente:**

- I. Depois da sua publicação, nenhum adolescente é punido por seus atos.
- II. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela apreensão, devendo ser informado de seus direitos.
- III. Os pais perderam o respeito dos seus filhos.
- IV. Nenhum adolescente poderá ser privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) I, II e IV.

**26. O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente se compõe de três eixos, são eles:**

- a) Política, Direitos e Cidadania.
- b) Promoção de Direitos, Defesa de Direitos e Controle Social (Efetivação dos Direitos).
- c) Educação, Proteção e Direitos.
- d) Proteção, Mobilização social e Cidadania.
- e) Vigilância, Proteção e Mobilização social.

**27. O Conselho Tutelar é um Órgão:**

- a) Permanente, autônomo e não jurisdicional, com competência de averiguar o descumprimento dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.
- b) Permanente, autônomo e jurisdicional, com competência de averiguar o descumprimento dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.
- c) Temporário, sem autonomia, dependendo da justiça para averiguar o descumprimento dos

direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

- d) Temporário, sem autonomia e jurisdicional, com a função de averiguar o descumprimento dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.
- e) Permanente, sem autonomia e jurisdicional que julga o descumprimento dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

**28. O Conselho Tutelar:**

- I. É um órgão que compõe o eixo de defesa do Sistema de Garantias e Direitos da Criança e do Adolescente.
- II. Tem suas atribuições previstas no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- III. É um órgão de fiscalização. A ele, compete averiguar o descumprimento dos direitos fundamentais que têm as crianças e os adolescentes.
- IV. É composto por membros escolhidos, por eleição, pela comunidade.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todas.

**29. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 86, reza: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.**

Podemos afirmar então, que o artigo diz:

- a) Que o Estado não pode interferir na política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- b) Que a sociedade é a responsável em dar a assistência para fazer cumprir a política de atendimento ao Direito da Criança e do Adolescente.
- c) Da exigência de articulação das ações governamentais e não-governamentais, mediante a contínua integração nos três níveis da administração pública do Estado para fazer cumprir a política de atendimento do Direito da Criança e do Adolescente.

- d) Que não há necessidade de integralidade de ações para a política de atendimento do Direito da Criança e do Adolescente.
- e) Que a estrutura da política de atendimento ao Direito da Criança e do Adolescente deve ser transitória.

**30. Segundo o art. 33, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. Neste sentido, podemos afirmar que:**

- I. É um instituto revogável.
- II. É um instituto irrevogável.
- III. Ela regulariza a posse de fato de uma criança e pode ser deferida mediante uma ação liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- IV. A criança que está sob guarda de alguém é dependente e tem todos os direitos preservados, inclusive os previdenciários.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) Todas.
- b) II.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II e III.

**31. Ao estudarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), damo-nos conta de que a criança e o adolescente têm o direito fundamental de serem criados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta (ECA, art. 19 e CF, art. 227). Conforme o Capítulo III do referido Estatuto, especificamente o art. 28, quais são as formas de colocação em família substituta?**

- a) Guarda e adoção.
- b) Curatela, guarda.
- c) Adoção e tutela.
- d) Guarda, tutela e adoção.
- e) Tutela e curatela.

**32. De acordo com o Código Civil Brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no que diz respeito à adoção, podemos afirmar que:**

- I. O adotante deve ter, pelo menos, 16 anos a mais que o adotado.

- II. Os divorciados e os judicialmente separados poderão adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas, e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância da sociedade conjugal.
- III. A adoção depende de consentimento dos pais ou dos representantes legais, de quem se deseja adotar, e da concordância deste, se contar mais de doze anos.
- IV. Somente será admitida a adoção que constituir efetivo benefício para o adotando.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) Todas.
- e) III e IV.

**33. No que diz respeito à Adoção, tendo como referência o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma-se que:**

- I. A adoção por procuração é vedada.
- II. Se um dos cônjuges ou companheiros adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou companheiro do adotante e os respectivos parentes.
- III. Os efeitos da adoção começam a partir do trânsito em julgado da sentença, exceto se o adotante vier a falecer no curso do procedimento, caso em que terá força retroativa à data do óbito.
- IV. Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

Apenas está correta a alternativa:

- a) I, II, e III.
- b) I, III e IV.
- c) Todas.
- d) I, II e IV.
- e) II e III.

**34. Sobre o Poder Familiar, no que tange às disposições gerais, está incorreto afirmar que:**

- a) Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.
- b) Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.
- c) O filho, não reconhecido pelo pai, fica sob poder familiar exclusivo da mãe; se a mãe não

for conhecida ou capaz de exercê-lo, ele terá que ser abrigado em instituição de acolhimento, mediante determinação judicial.

- d) A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que, aos primeiros cabe, de terem em sua companhia, os segundos.
- e) Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado, a qualquer deles, recorrer ao juiz para solução do desacordo.

**35. As medidas sócio-educativas são restritivas de direitos e aplicadas, apenas, por ordem judicial, a pessoas que tenham cometido ato infracional. Assim, aplicam-se:**

- a) Às crianças que estão na primeira infância.  
b) Às crianças que estão na segunda infância.  
c) Às pessoas que infracionam pela primeira vez. Os chamados réus primários.  
d) Quando a pessoa é maior de 21 anos.  
e) Nenhuma das questões anteriores.

**36. Verificada a prática de ato infracional, as medidas sócio-educativas que a autoridade competente pode aplicar são:**

- a) Advertência, notificação, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, internação em estabelecimento educacional.  
b) Advertência, pagamento de taxas financeiras ao Estado, prestação de serviços à comunidade, prisão.  
c) Notificação, restrição dos direitos de sair de casa sozinho, internação em regime de semiliberdade, internação em sistema prisional.  
d) Advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional.  
e) Advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional.

**37. Medidas de Proteção:**

- I. São aplicadas de maneira isolada ou cumulativamente, bem como, podem ser substituídas a qualquer tempo.  
II. Quando são aplicadas, não consideram as necessidades pedagógicas.

III. Podem ser aplicadas sem preocupações com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, pois está recluso em instituição educacional.

IV. Aplicam-se apenas à criança de zero a 12 anos.

Está incorreto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.  
b) II, III e IV.  
c) Todas.  
d) I.  
e) II e III.

**38. Considerando o novo Código Civil Brasileiro, especificamente o que diz o Livro IV - Direito de Família, observe as alternativas:**

- I. O pai ou a mãe que casar outra vez não perde o direito de ter consigo os filhos.  
II. Só se pode retirar os filhos de uma pai ou de uma mãe se for por mandado judicial, provado que não são tratados convenientemente.  
III. Decretada a separação judicial ou o divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la.  
IV. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) Todas.  
b) I, II e III.  
c) I e II.  
d) I, III e IV.  
e) II e III.

**39. Ainda, com foco no novo Código Civil Brasileiro, sobre a filiação, considere as alternativas:**

- I. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.  
II. Basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.  
III. Cabe ao marido, o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível.

IV. Basta a confissão materna para excluir a paternidade.

Apenas está correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) Todas.
- e) II e IV.

**40. Que item ou itens não encontramos no novo Código Civil Brasileiro, no título III – da União Estável?**

- I. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
- II. As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.
- III. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão universal de bens.
- IV. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil.

- a) IV.
- b) III.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) II.

**41. No Código Civil Brasileiro, das disposições gerais sobre o regime de bens dos cônjuges, encontra-se explicitado:**

- I. É ilícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.
- II. É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.
- III. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime de comunhão universal de bens.
- IV. Poderão os nubentes, no processo de habilitação, optar por qualquer dos regimes que este código regula. Quanto à forma, reduzir-se-á a termo a opção pela comunhão

parcial, fazendo-se o pacto antenupcial por escritura pública, nas demais escolhas.

Está(ao) incorreta(s) apenas a(s) alternativa(s):

- a) Todas.
- b) I, III e IV.
- c) I e III.
- d) I, II e IV.
- e) II e III.

**42. Penas alternativas são medidas:**

- a) Aplicadas ao infrator reincidente.
- b) De caráter substitutivo.
- c) Aplicadas a adolescentes.
- d) De privação da liberdade.
- e) De caráter não substitutivo.

**43. Com relação às penas alternativas, podemos afirmar que:**

- a) seu objetivo termina por constranger a liberdade de ir e vir do cidadão.
- b) por serem restritivas de direito, são aplicadas diretamente, quando o crime é considerado de média gravidade.
- c) levam sempre o infrator ao Sistema Carcerário.
- d) seu objetivo essencial não é reduzir a incidência da pena detentiva.
- e) são medidas aplicadas quando o crime é considerado de menor gravidade – os chamados crimes de menor potencial ofensivo.

**44. Da justiça terapêutica podemos afirmar que:**

- a) Constitui novo modelo de enfrentamento da violência e da criminalidade relacionado direta e indiretamente ao uso, abuso e dependência de drogas.
- b) Apresenta-se como um novo tipo de tratamento clínico para os usuários de álcool e de outras drogas.
- c) Paradigma clássico do Direito para aplicar leis a infratores que usam da violência para com suas vítimas.
- d) É uma prática discriminatória e que termina por favorecer a perseruição dos infratores que, em seus delitos, estavam sob o uso de álcool e de outras drogas.
- e) É a maneira que o Estado tem de interferir, visando à cura, na vida privada e na escolha do indivíduo em fazer uso de substâncias psicoativas que causam dependências.

**45. Quem é o cliente do psicólogo quando ele atua no campo do jurídico?**

- a) A instituição judiciária.
- b) O juiz.
- c) O promotor.
- d) O sujeito.
- e) O advogado.

**46. Conforme o Manual de Elaboração de Documentos Psicológicos (Resolução 07/2003) do Conselho Federal de Psicologia (CFP), avaliação psicológica é:**

- a) O processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos.
- b) O processo da aplicação de variados testes psicológicos, que todo psicólogo desenvolve, para poder compreender a subjetividade das pessoas que estão sob tratamento, podendo, ao final, ajudar a controlar suas ações.
- c) O processo de aplicação dos testes psicológicos para compreender o ser humano e fornecer diagnósticos.
- d) É o instrumento que permite ao psicólogo ter o melhor diagnóstico para classificar e controlar os indivíduos.
- e) O uso dos conhecimentos psicopatológicos, somado à aplicação de testes de personalidades que permite conhecer, controlar e adequar os indivíduos aos padrões sociais.

**47. O citado Manual de Elaboração de Documentos Psicológicos possui alguns princípios norteadores, que devem ser respeitados. São eles:**

- a) Linguagem lacônica, com termos técnicos e específicos da psicologia e éticos.
- b) Da natureza determinada do sujeito, da não interferência nas relações de poderes existentes, caso as identifiquem.
- c) Técnicos da linguagem escrita, éticos e técnicos.
- d) Não concisão lingüística e conteúdos a-históricos do (s) indivíduo (s).
- e) Éticos e técnicos.

**48. No que diz respeito a uma declaração psicológica, tendo como base a Resolução 07/2003 do CFP, observe as alternativas abaixo:**

- I. Comparecimentos do atendido e/ou do seu acompanhante, quando necessário;
- II. Acompanhamento psicológico do atendido;
- III. Informações sobre as condições do atendimento (tempo de acompanhamento, dias ou horários).
- IV. Sintomas, situações ou estados psicológicos.

Apenas está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) Todas.
- d) II e IV.
- e) I.

**49. A Resolução 07/2003 do Conselho Federal de Psicologia nos permite afirmar que o relatório psicológico:**

- I. É uma apresentação descritiva acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica.
- II. Precisa ser subsidiado em dados colhidos e analisados, à luz de um instrumental técnico (entrevistas, dinâmicas, testes psicológicos, observação, exame psíquico, intervenção verbal), consubstanciado em referencial técnico-filosófico e científico adotado pelo psicólogo.
- III. É um documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico, cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo.
- IV. Apresenta resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, através de uma avaliação especializada, de uma “questão-problema”, visando a dirimir dúvidas que estão interferindo na decisão, sendo, portanto, uma resposta a uma consulta, que exige de quem responde competência no assunto.

Estão corretas apenas as alternativas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) Todas.

**50. A Resolução 07/2003, diz que o parecer é composto pelos elementos:**

- a) Identificação, descrição da demanda, procedimento, Análise e conclusão.
- b) Identificação, procedimento, análise e conclusão.
- c) Identificação, procedimento, informações sobre as condições do atendimento, análise e conclusão.
- d) Identificação, exposição de motivos, análise, conclusão.
- e) Apresentação dos dados coletados, análise dos dados, e conclusão.